



Saúde & Transformação Social
Health & Social Change



CARTAS

Ousadia, (in)visibilidades e exclusões de uma mulher trans na Universidade

Audacity, (in)visibilities and exclusions from a trans woman in University

Lirous K'yo Fonseca Ávila

Acadêmica do Curso de Serviço Social
Universidade Federal de Santa Catarina
Coordenadora Geral da Associação em
Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH)
E-mail: kyomail@gmail.com

Há quatro anos eu acreditava que a universidade era um espaço acolhedor, onde os preconceitos estariam ultrapassados, que a transfobia era apenas uma discussão no papel que servia para auxiliar no enfrentamento dos desafios do cotidiano para além dos muros acadêmicos.

Por outro lado, tinha a consciência de que todo o lugar é composto por pessoas, e que a convivência me deixava suscetível a ter que conviver com preconceitos expressados pelos meus colegas de curso e estudantes de outras áreas.

Como estudante do Serviço Social, me sentia tão segura no meu centro que pensei que por muito tempo jamais circularia por outros espaços da universidade. Temi por muito tempo a ida ao banheiro por já ter sofrido violência dentro do banheiro da BU antes de ser aluna regular do curso do Serviço Social.

Mas o problema inicia quando solicito o uso do nome social, individualmente não é problema nenhum

até algumas colegas trans me relatarem problemas com alguns professores. Lembro-me de que quando cheguei para fazer a solicitação no dia da inscrição do vestibular, tive a resposta de que a solicitação que eu fiz para o dia da prova apenas resguardava o meu desejo de ser tratada pelo nome social, mas que isso não garantia que eu seria tratada desta forma pelas pessoas que aplicassem a prova.

Ao fazer a matrícula, também tive que pedir a solicitação, meu primeiro confronto foi com um funcionário despreparado que gritava o meu nome de registro em uma sala cheia de pessoas que estavam lá para regularizar as suas matrículas. Quando questionei com outras amigas trans, elas me disseram que ele sempre fazia isso, ou seja, era transfóbico mesmo.

Fiquei espantada de ainda haver tamanha dificuldade de aceitação do uso do nome social, já que o mesmo era debate a mais de um ano. Eu mesma fazia parte das discussões do regimento

acadêmico por trabalhar em uma instituição de direitos humanos.

O documento construído é o melhor do país, mas com a falta de preparo dos servidores, ele deixa muito a desejar. Não consegue ser efetivado de forma eficaz, o que deixa muitas mulheres travestis e pessoas trans com medo de frequentar o espaço acadêmico.

Não há nenhum preparo dos servidores, muitos desconhecem a política. A falta de sensibilidade vai desde o segurança até o professor que por muitas vezes violenta os seus alunos com as suas expressões transfóbicas.

Nas duas segundas semanas ouvi professores reclamando do erro de impressão na chamada que aglutinava dois nomes juntos. Ficava quieta quando me chamavam pelo nome masculino e tentava dialogar no final da aula com o professor e ouvir expressões como "Porque que você escolheu esse nome tão difícil?".

Quando fui fazer a minha foto para a carteirinha, uma funcionária irritada com o erro do sistema que aglutinava os dois nomes em um campo no sistema, só se contentou depois de uma explicação minuciosa do que estava acontecendo. No final ela ainda me mandou fechar a jaqueta para que os meus seios que nem estavam expostos não aparecessem na foto. A foto é do queixo para cima, em nenhum momento apareceria os meus seios.

Com a confusão da chamada, alguns estudantes já sabiam que eu era uma pessoa diferente, por muito tempo ouvia comentários do tipo "Nem parece que é homem." Ou "Ela parece ser bem mais mulher do que eu.". Isso também parecia legitimar o consentimento de pegarem nos meus seios para saberem como é que era.

Logo no primeiro semestre, tive que votar. Para a minha surpresa, lá estava o meu nome de registro e ninguém sabia o que se passava. Aliás, quatro anos depois, mesmo com o meu nome todo retificado na minha documentação atual, meu nome de registro ainda aparece para quem quiser ver.

Ainda no primeiro semestre, tive que fazer uma prova e entregar via moodle, e lá estava o antigo meu nome de registro atribuído ao meu nascimento. Neguei-me entregar, pois todos os alunos viriam o meu

nome. Minha professora muito solista me deu um prazo maior para a entrega, pois eu estava tentando solucionar o problema que foi apenas resolvido quando eu surtei em uma reunião. Milagrosamente o meu nome social apareceu nos sistemas da universidade na manhã seguinte. Por mais de um ano, havia reuniões para saber como isso seria possível, e ele coincidiu com a data posterior ao meu histerismo na reunião. Depois desse dia, nunca mais fui chamada para fazer parte dessa discussão.

No mesmo ano, uma amiga de outra área sofre violência na cantina por parte dos funcionários que a apontava como se fosse uma atração de zoológico. Era notável os risos, mas sempre abstraí como se não fossem para mim.

Fora que quando eu entrava no banheiro, por diversas vezes li mensagens de boas vindas do tipo "Morte aos travekos!" foi aí que fui apresentada as Terfs (Trans-exclusionary radical feminism). Pessoas estas que - a meu ver - são misândricas e transfóbicas e se escondem em teorias feministas radicais para expressar seus preconceitos e violências como se fossem apenas uma opinião. Graças a elas, fui parar na delegacia.

Em um momento da vida, minhas amigas trans foram acusadas de estar perseguindo quem nos perseguia. Uma delas me relatou ouvir de uma pessoa da universidade que era para refletir muito a respeito do que estava acontecendo, pois depois da aula enquanto uma ia para a esquina, a outra ia para a sua cobertura paga pelo papai. A sim, a universidade ficou do lado delas e não da população trans.

Até hoje sofro perseguições por parte delas, que insistem em descobrir o nosso nome de registro e nos violentar, e expor a nossa identidade trans nas páginas da internet. Sempre quis saber o que elas ganham com isso. Até hoje eu não vi uma lógica nisso tudo.

Depois que eu consegui a minha retificação em todos os meus documentos de registro, eu acreditei que os problemas seriam solucionados, mas na realidade apenas haviam começado. Eu por ventura tinha dois números de matrícula com dois nomes diferentes e as minhas disciplinas estavam sendo divididas. Os meus certificados parte com o nome de registro e parte com o nome social dificultavam a

minha comprovação de horas aula fora do espaço acadêmico.

Lembro também de haver uma servidora pública que simplesmente alterou todos os certificados que estavam com o nome social e colocou-os nos nossos nomes de registro depois que ela descobriu uma lei que não permitia essa alteração.

A permanência na universidade por muito tempo nos é negada, não há políticas de permanência, por exemplo, ser uma mulher travesti ou pessoa transexual não é um agravante para a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, isso dificulta muito o acesso às políticas de permanência e moradia, fora que a discussão de não ter ala ou banheiro para a população T ainda não foi ultrapassada.

Majoritariamente somos jogadas a prostituição como única fonte de reprodução de vida. Expulsas de casa muito cedo, poucas são aquelas que conseguem ocupar os espaços acadêmicos. A minha condição deveria ser vista como uma situação triste, e não como um exemplo de meritocracia como ouvi de uma professora em um evento de gênero que disse que eu poderia estar me prostituindo, mas escolhi estar ali enfrentando os preconceitos. Como se eu não tivesse tido vontade de desistir inúmeras vezes como aconteceu com outras mulheres trans que passaram pela mesma universidade.

Muito frequente ouvi de alunos a expressão "Quanto?" quando passavam por mim, como forma de cantada, alisando o pênis ou se aproximando mais do que o normal nas filas ou nas festas como se a minha condição desse esse direito.

Eu espero que o ingresso da comunidade T nesse espaço acadêmico esteja melhor, já que fomos as primeiras a ocupar esse espaço na academia. Mas de qualquer forma, não acredito em melhoria nas portarias da universidade de todas as pessoas não tiverem conhecimento. Fora que a falta de capacitação a respeito da temática para os professores e servidores dificultam a implementação e o respeito à comunidade de mulheres travestis e pessoas trans.